

## **Relações e Edições de Ouro: a Tecnoprint na expansão do mercado editorial brasileiro durante os primeiros anos da Ditadura Militar**

Gabriel Costa Labanca<sup>1</sup>

**Resumo:** O início da ditadura militar no Brasil marca não apenas um período de privações de direitos políticos e sociais, mas também o começo de um bom relacionamento entre o governo e as editoras de livros, influenciando na expansão e modernização do mercado editorial do país. Nesse contexto, buscamos entender a dinâmica dessa relação e as transformações ocorridas com a coleção de livros de bolso *Edições de Ouro*, da editora Tecnoprint.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar, Edições de Ouro, Mercado Editorial.

**Abstract:** The beginning of the Brazilian military dictatorship is also the beginning of a good interaction between the government and the book publishers, which influences the expansion and modernization of book market in Brazil. In this context, we intent to understand the relations of publishers with the new government and the transformations occurred with the pocket book collection *Edições de Ouro*, published by Tecnoprint.

**Keywords:** Brazilian military dictatorship, Edições de Ouro, book market, pocket book.

## 1. O terror cultural

O dia 31 de março de 1964 marca o início de uma nova era de privações no Brasil. Com o golpe cívico-militar desferido contra o Estado brasileiro, um regime de censura aos direitos políticos e civis da população ergue-se no país. Governo ditatorial sustentado por “instrumentos legais” de controle, como os Atos Institucionais (AI) e os Inquéritos Policiais Militares (IPM), além de um conjunto de órgãos de informação, encarregados de espionar, torturar e até “suicidar” cidadãos suspeitos de subversão em nome da segurança nacional. Embora atos de repressão estivessem presentes durante todo o período em que durou a Ditadura Militar, de 1964 a 1985, sua intensidade se dava de acordo com o perfil da facção com maior influência em cada momento.

Em certos momentos, como na fase imediatamente posterior ao golpe ou na conjuntura que se iniciou em 1968, a repressão foi muito intensa; em outras fases, como no período seguinte às primeiras punições (junho de 1964 a outubro de 1965) e durante a “distensão” e “abertura” políticas promovidas nos governos Geisel e Figueiredo, o número de punições decresceu (FICO, 2001:18).

De forma simplificada, podemos dizer que existia uma certa polarização entre militares da chamada “linha dura”, representada pelo grupo mais exaltado em torno do Marechal Artur da Costa e Silva, afoito por uma rápida ação de “limpeza política” e “purificação ideológica” no Brasil; e uma ala “moderada”, composta por militares mais liberais como o marechal Castelo Branco e o general Ernesto Geisel, oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG). No entanto, como em qualquer dicotomização social, é preciso considerar que há também inter-relações constantes entre os grupos citados, fruto das circunstâncias de cada momento, capazes de mudar completamente a atuação desta ou daquela facção.<sup>2</sup>

De fato, já no dia 9 de abril de 1964, o Marechal Costa e Silva, à frente do Comando Supremo da Revolução, instituiu o primeiro Ato Institucional (AI-1) antes mesmo da posse de Castelo Branco à Presidência da República. Assim, enquanto as frentes políticas que apoiaram o golpe ainda tinham alguma esperança na realização de um governo civil, “os chefes do movimento logo dirimiriam quaisquer dúvidas, decretando, entre os dias 10 e 13 de abril, 45 cassações de mandatos, 162 suspensões de

direitos políticos por dez anos e 146 transferências de militares para a reserva” (FICO, 2001:22).<sup>3</sup> Os números absurdos dessa “caça às bruxas” promovida nos primeiros dias da ditadura demonstram claramente as intenções, muitas vezes paranóicas, de expurgo de qualquer vestígio de infiltração comunista ou subversiva que atentassem contra os valores morais da democracia ocidental (Cf. FICO, 2001: 37).

Como era de se esperar de um regime autoritário, os meios de comunicação e a circulação de produções culturais também sofreram grandes restrições nas quais, muitas vezes desorganizadamente e sem critérios específicos, censuravam-se programas de rádio e televisão, peças de teatro, filmes, matérias jornalísticas, músicas e livros. Insatisfeitos com a suposta passividade do presidente Castelo Branco diante das manifestações subversivas de oposição ao regime, os militares mais exaltados da “linha dura” logo formaram um grupo autônomo de pressão – e ação – que demandava mais tempo e poder para realizar a “limpeza política” que o Brasil necessitava.<sup>4</sup> Do outro lado, havia uma clara preocupação dos setores “moderados” do governo, os chamados “castelistas”, em conter as arbitrariedades praticadas por essa “força autônoma”, mantendo os prazos, condições e a seriedade dos expurgos dentro da lei (FICO, 2001: 44).

Sendo um militar refinado pela Escola Superior de Guerra, Castelo Branco considerava inadmissível que a intervenção praticada se transformasse numa “ação desvairada” que igualasse a “revolução” brasileira a tenebrosos regimes autoritários. Sua preocupação com o cerceamento indiscriminado das liberdades de opinião e expressão artística é visível numa mensagem endereçada ao seu Ministro da Guerra, o Marechal Costa e Silva, sobre a possível destruição de um teatro onde se encenava a peça *Liberdade*, em 1965:

[...] as ameaças de que oficiais vão acabar com o espetáculo são de aterrorizar a liberdade de opinião. Ainda mais. Há oficiais que mandam apreender livros. Isso só serve para baixar o nível intelectual da Revolução, pois, além de nada adiantar, constitui um ato governamental só usado em países comunistas ou nazistas (FILHO *apud* FICO, 2001:54).

Ou quando da prisão do diretor da editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira<sup>5</sup>, filiado ao Partido Comunista e célebre por sua ousada política editorial de esquerda, que desafiava as pressões exercidas pelos militares sobre as escolhas dos títulos publicados

pelas editoras. Preso algumas vezes durante o regime, o editor acabou permanecendo vinte dias na cadeia num episódio, no mínimo tragicômico, que ficou conhecido como a “IPM da Feijoada”. Em maio de 1965, Ênio Silveira ofereceu em sua casa uma feijoada a Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, pouco tempo antes de Arraes se refugiar na embaixada da Argélia. Novamente, o presidente Castelo Branco solicitou explicações de Costa e Silva sobre o ocorrido através de um bilhete.

Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural (GASPARI, 2002:231).

## **2. Ênio Silveira: revolucionário da indústria editorial**

Contudo, a perseguição a Ênio Silveira parece ter sido um caso à parte no mercado editorial brasileiro sob o olhar atento do regime ditatorial. Seu alto prestígio perante a elite cultural do país certamente foi decisivo para a sua sobrevivência como editor durante a Ditadura, mesmo com publicações consideradas subversivas. Ao mesmo tempo, a celebração de sua figura pode ter sido responsável pelas atrocidades cometidas contra ele naquele período. Esse ponto demanda uma explicação, ainda que superficial, passível de ser compreendida somente por meio de sua biografia. Duas visões, aparentemente contraditórias, se encontram na trajetória de vida daquele editor. Ao mesmo tempo em que Silveira foi um militante ativo do Partido Comunista, deixando transparecer suas convicções políticas e sociais através de parte dos autores e títulos que editava, também foi um dos maiores modernizadores do mercado editorial brasileiro, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, empregando métodos divulgação modernos até então repudiados pelos outros grandes editores do país. Segundo o próprio Ênio,

Fui também introdutor no Brasil de propaganda de livros. Pela primeira vez se fez propaganda agressiva de livros. Usei out-door que naquela época ainda era muito incipiente. E as pessoas ficavam muito chocadas. O José Olympio me dizia:

- Mas você está transformando o livro num objeto vulgar.

- Mas ele é, enquanto objeto, um objeto, e quanto mais vulgar melhor para os editores, se você quer saber; e quanto mais vulgar melhor para os leitores (FERREIRA, 2003: 155).

Não apenas na divulgação, mas também nos métodos de distribuição e impressão, foi Ênio Silveira um inovador de sua área. Através de sua obstinação, o mercado editorial brasileiro de pequeno comércio livreiro guiado pelo instinto de seus donos, passou a caminhar na direção de uma moderna indústria do livro com práticas gerenciais modernas.<sup>6</sup> Essa era, sem dúvida, sua principal meta que expunha através de inúmeros artigos e entrevistas publicadas em jornais e revistas especializadas durante toda a década de 1950. Seu principal veículo de divulgação das demandas do mercado livreiro era a revista Boletim Bibliográfico Brasileiro (BBB).<sup>7</sup> Além da bibliografia corrente entre um anúncio e outro das principais editoras do país, artigos listando os obstáculos que impediam o pleno desenvolvimento de uma verdadeira indústria editorial no Brasil eram veiculados, na maioria das vezes escritos por Ênio Silveira, presidente do sindicato na época. Para ele, eram de três tipos as dificuldades enfrentadas no mercado de livros do país: culturais (analfabetismo, desinteresse, autodidatismo, etc.), materiais (carestia de vida, dificuldade de transporte, etc.) e puramente técnicos (métodos de produção ainda não totalmente racionalizados, dificuldades para a importação de papel).<sup>8</sup>

Além disso, era imprescindível que os editores tomassem conhecimento do mercado onde atuavam e lançassem mão de métodos mais avançados de venda que arrancassem do livro seu caráter elitista, transformando-o numa mercadoria para todos. Nas palavras de Ênio Silveira, tratava-se de eliminar a “mentalidade passadista da quase totalidade dos editores”, que insistiam em “tratar o livro com excessiva dignidade”, o que não contribuía em nada para a criação de um mercado consumidor apreciável. “O livro sempre teve no Brasil o colarinho duro. Devia ser procurado. Não se oferecia. Não se anunciava. [...] A pudicícia dos editores – continua – é também responsável pela inexistência do hábito de leitura em grande escala, entre nós” (SILVEIRA, 1953: 6).

Com uma bagagem cultural e profissional invejável para alguém de sua idade, Ênio Silveira foi eleito vice-presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), entidade que tinha ajudado fundar em 1946 e, com apenas 26 anos, “seus colegas editores elegeram-no presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros” (HALLEWELL,

2005:536). Sua atuação à frente desses órgãos<sup>9</sup> foi de extrema importância na formação de uma classe de editores e sua, sempre difícil, representação junto ao Estado. Em matéria governamental, os editores de livros eram sempre preteridos em relação a outros grupos econômicos de maior porte, incluindo a imprensa periódica, subsidiada na importação de máquinas e papel.<sup>10</sup> Para Silveira, essa discrepância legislativa poderia ser bem explicada por um episódio ocorrido em 1956, quando um diretor de uma das carteiras do Banco do Brasil, em tom de *blague*, questionou um grupo de editores sobre a capacidade deles de “arregimentar eleitorado”. Portanto, não havia outro motivo para o “tratamento diferente” concedido à imprensa do que “a sua capacidade de influenciar a opinião pública”. Na opinião do editor, essa “lamentável disparidade” de concessões se dá “porque o livro não pode exercer a mesma chantagem eleitoral que ela exerce” (Cf. SILVEIRA, 1956 : 2).

A relação entre Governo e editores de livros só irá melhorar a partir da década de 1960, tornando-se ainda mais cômoda após o golpe militar de 1964. No entanto, as regalias estatais tinham o custo da privação de liberdade na escolha de títulos. Os militares empreendiam verdadeiras campanhas no sentido de manterem editores e livreiros constantemente sob o controle da censura através de “pressão econômica, financeira e de crédito. Campanhas em que os milicos iam de livraria em livraria na cidade: ‘Não ponha este livro na vitrine’. Houve livros que tiveram suas edições inteiras apreendidas” (FERREIRA, 2003:68). Ênio, entretanto, ao contrário da maioria dos editores daquele período, não se intimidou com as investidas da Ditadura e prosseguiu em sua linha editorial – que em sua maioria era formada por títulos que nada tinham de político – sem deixar de publicar aquelas obras ideologicamente abominadas pelo Regime, como a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*.

A tática adotada por Silveira era perigosa e, além das prisões e apreensões de livros, lhe rendeu um atentado à bomba contra sua editora, acarretando enormes prejuízos à empresa. Ele sabia da desorganização e ignorância literária dos responsáveis pela censura, que se guiavam por títulos, autores e palavras específicas geralmente buscando livros que tratassem do Golpe – também muito publicados pela Civilização Brasileira – e testava continuamente seus limites, como esclarece o editor:

Eles não apreenderam Marx. Pensei, se não apreenderam Marx, não apreenderam Engels, que lancei também, vou lançar o Lenin, que é

um brilhante pensador. (...) Pois bem, eles fizeram o seguinte: numa noite, invadiram a gráfica, apreenderam os originais da tradução (...). Eles apanharam os cinco mil exemplares impressos, apanharam os originais, apanharam o que estava sendo impresso, filmes, fotolitos, tudo, sumiram com tudo, queimaram. (...) Ao todo eles apreenderam mais de trinta títulos nossos, só isso já basta para dar uma dimensão terrível em termos empresariais (FERREIRA, 2003:70-71).

### 3. Os livros sob os cuidados da Ditadura.

Entretanto, com exceções pontuais como no caso de Ênio Silveira, que possuía um perfil considerado altamente “subversivo” e ousava ultrapassar os limites impostos pelo novo governo, a indústria editorial nunca tinha sido tão bem assistida pelo Estado quanto naquele período ditatorial. Grande parte das reivindicações feitas pelos editores ao presidente João Goulart em 1963<sup>11</sup>, acabaram sendo encampadas pelo aparato técnico-burocrático do regime militar, com a criação do Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), em 1965, do Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG) e da Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED), em 1966 (Cf. SALGADO, 1994:57). Com isso, antigas exigências da classe começavam a ser atendidas, especialmente no que se referia à importação de maquinaria gráfica com isenção de impostos e ao acesso a financiamentos.

Poderíamos supor que o livro, possivelmente pelos resquícios de um *status* de nobre objeto da “cultura erudita”, ou mesmo pelo descrédito que vinha sofrendo diante da crescente ascensão e popularização dos novos meios audiovisuais de comunicação, ao invés de repreensões, recebeu incentivos estatais. Precisava ser defendido mais do que reprimido, desde que não veiculasse enredos violentos, pornografia, ou tratasse de assuntos de ordem política. São todas hipóteses importantes para esse estudo. No entanto, é mais provável que o livro não tenha sido alvo de repressão sistematizada por seu limitado poder de influência na opinião pública em comparação com a abrangência e atualidade dos outros meios de comunicação. Aquela característica que havia sido sempre um entrave às relações do setor livreiro com os governos de outrora, parecia ter se tornado um trunfo para a expansão daquele mercado. Embora existissem casos de repressão à atividade de editores e livreiros, não houve nos primeiros anos após o golpe Militar a estruturação de um sistema único de censura a livros.<sup>12</sup> E mesmo quando a censura prévia se estendeu a esse tipo de publicação com o Decreto-lei 1.077 de 1970,

essa missão se revelou impraticável pelo volume de obras que se publicavam naqueles dias.<sup>13</sup> “O conjunto de pessoas atuando como censores federais passou de 16 funcionários em 1967 para 240 ao final do Regime Militar – mas mesmo com este inchaço, a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro de livros dava-se, na prática, por denúncias” (REIMÃO, 2005).

É possível perceber que “os anos 60 foram marcados, no tocante ao mercado e à formação das indústrias editoriais, pelo crescimento na edição de exemplares e títulos e pela expansão no número de casas editoriais, nos principais centros urbanos” (SALGADO, 1994:30). Ao que tudo indica, os editores pareciam estar mais organizados em torno de seus órgãos representativos, buscando expor os principais problemas daquela atividade ao Governo através das proposições e prognósticos já mencionados. Dentro desse contexto, em janeiro de 1963, o SNEL deu início à publicação de um primoroso catálogo trimestral de livros publicados no Brasil, sob o título de *Edições Brasileiras*.

Com uma tiragem de 10 mil exemplares, o catálogo pretendia suprir uma das grandes deficiências do mercado editorial brasileiro que “não dispunha [...] de um registro ‘coletivo’ [...] de obras dadas à estampa” (PEREIRA, 1964:3), divulgando os 2.174 títulos mais recentemente publicados pelas editoras pertencentes ao Sindicato. A publicação tinha a pretensão de funcionar como “veículo central de registro e divulgação de cada editor [e] atenderia plenamente ao aspecto da promoção de vendas ‘em plano nacional’” (PEREIRA, 1964: 3). Gabriel Athos Pereira, presidente da SNEL e diretor da Livraria José Olympio Editora, relata o pioneirismo e a indispensabilidade daquele empreendimento em seu primeiro editorial:

Edições Brasileiras é o primeiro catálogo de livros que se publica neste país com o objetivo de registrar a totalidade ou o maior número possível de obras impressas no Brasil [...]. A ausência de uma publicação assim, todos reconhecem, vinha constituindo séria lacuna para a atividade editorial e para a própria difusão cultural no Brasil (PEREIRA, 1964:3).

Na realidade, outros catálogos bibliográficos já haviam sido publicados durante todo o século XX, dentre os quais o *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional* (desde 1918), *Anuário Brasileiro de Literatura* (desde 1937), *Bibliografia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro (desde 1938), e o *Boletim Bibliográfico Brasileiro*,

publicado pelo próprio SNEL desde 1952. Todos buscavam agrupar a totalidade dos livros publicados no Brasil mas, por falta de verbas ou pela negligência de certos editores em fazer o depósito legal de suas publicações na Biblioteca Nacional, não obtiveram êxito. Se havia um diferencial no *Edições Brasileiras*, esse se dava pela sua apresentação moderna e colorida.

Por algum motivo, que Athos justifica como “dificuldades materiais de ordem varia (que só agora vão sendo superadas), ao lado do sensível encarecimento dos custos do papel e da confecção gráfica” (PEREIRA, 1964: 9), o segundo número do catálogo só viria a público em dezembro de 1964, seguindo o trágico destino daqueles outros que o precederam e contrariando sua proposta inicial de periodicidade trimestral. Embora Athos, nesse segundo editorial, busque reafirmar o desejo de que o catálogo seja um “instrumento de trabalho para o livreiro [...] e também para o comprador; um veículo simples e não tecnicamente complicado que, enfim, servisse à divulgação e à venda do livro comercialmente editado no Brasil” (PEREIRA, 1964: 9) e destaca o rápido esgotamento da primeira edição, imprimem-se apenas 8.000 exemplares no segundo número.

O terceiro número de *Edições Brasileiras*, novamente com um impressionante atraso, só será publicado em abril de 1966, com os 1.053 livros lançados entre novembro de 1964 e março de 1965. Contudo, apesar do conturbado panorama político que se vivia naquele momento, esse terceiro editorial de Athos Pereira é extremamente otimista com a receptividade do novo regime ao setor editorial, expondo as dificuldades que existiam para se dialogar com o poder estatal antes do golpe.

Há um decênio, pelo menos, os que produzem livros vinham reclamando com exemplar teimosia a adoção de uma política nacional para o livro. Foram sem conta os memoriais, as exposições, os relatórios – invariavelmente esquecidos ou mandados ao arquivo. Até a exaustão, a sofrida indústria do livro dissecou, analisou, esmiuçou e inventariou diante de um Poder Público impassível e indiferente, todos os ângulos do complexo de dificuldades que tornam penosa a atividade de produzir livros neste país (PEREIRA, 1966:13).

O motivo do entusiasmo de Athos era o resultado final da “CPI do custo do papel” de outubro de 1964 que, “demonstrando sensibilidade incomum para a questão, promoveu o mais amplo esclarecimento da matéria” (PEREIRA, 1966:13)

recomendando a criação do Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), subordinado ao MEC, com o objetivo de “formular recomendações de incentivo à indústria, comercialização e expansão do livro”.<sup>14</sup> Mais especificamente, ainda segundo Athos, o GEIL “traduz o desejo do legislador de que os aspectos fundamentais – Crédito, Financiamento, Papel, Parque Gráfico e Distribuição – sejam plenamente considerados e atendidos” (PEREIRA, 1966:13). Fato este, que só se concretizou “graças à identidade de pontos-de-vista do Congresso Nacional e do Govêrno, ambos demonstrando agora perfeita compreensão do interêsse nacional que envolve a matéria.” (PEREIRA, 1966:13). A persistente relevância que a discussão sobre o mercado editorial ganha dentro do novo “Governo Revolucionário” confirma-se, anos mais tarde, com nova declaração de Gabriel Athos, novamente na presidência do SNEL, sobre as relações entre aquele sindicato e o Estado brasileiro. Para Athos,

o fator principal está sendo vencido: o do diálogo com o Governo. De 1964 em diante, tem sido possível aos editores brasileiros fazerem-se ouvir (e obterem respostas) pelos dirigentes do país. A aproximação entre a indústria editorial brasileira e os setores governamentais tem demonstrado: a) sensibilidade para com o livro como instrumento básico de Educação e Cultura; b) atitude realística, aberta e isenta face aos problemas econômicos da atividade editorial; c) viabilidade de soluções que compatibilizem os legítimos interesses do setor com os interesses gerais do País (PEREIRA, 1972:104).

O teor dessa declaração contrasta fortemente com o teor de decepção dos artigos publicados, ao longo de toda a década de 1950 e 1960, em jornais, revistas especializadas e catálogos, como o *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, sobre a negligência do Governo em subsidiar a indústria do livro que enfrentava dificuldades com o preço da importação de máquinas e papel, além da falta de uma estrutura de distribuição no país.

#### **4. A Tecnoprint e a expansão da indústria editorial.**

Em seu terceiro número, o periódico *Edições Brasileiras* registra também um crescimento impressionante do SNEL, visto que a quantidade de membros sobe de 49 para 151 editoras. Dentre elas está a *Tecnoprint Gráfica S.A. editôra*<sup>15</sup> que, aparecendo pela primeira vez na publicação, expõe o expressivo número de 52 obras publicadas

naquele período. Número considerável de publicações se levarmos em conta que, na média, as editoras do SNEL presentes no catálogo publicaram, naquele período, cerca de 7 livros cada. Além disso, ao contrário das outras editoras que possuíam anúncios, na maioria das vezes discretos, no miolo da publicação, a Tecnoprint ocupou lugar de destaque com um anúncio colorido na última capa do catálogo, o que, possivelmente, indica o elevado capital econômico que a empresa possuía e o interesse em se destacar dentro do campo editorial naquele momento. Atitude que diverge da postura tradicional de seus diretores, Jorge e Antônio Gertum Carneiro e Fritz Mannheimer, de se manterem sempre afastados das associações de classe de editores e dos meios de comunicação.

Além disso, a editora demonstra também uma mudança em sua postura comercial. Apesar de ter sido fundada como uma importadora de livros universitários, principalmente da área de medicina e engenharia, sob nome de Publicações Pan-Americanas, foi como editora de livros de bolso que a Tecnoprint se popularizou. Primeiro com a coleção *Edições Segrêdo*, durante toda a década de 1950, e depois com a célebre *Edições de Ouro*, a editora publicou centenas de pequenas brochuras baratas de baixa qualidade material com passatempos, manuais práticos, vulgarização científica, autoajuda, romances açucarados, novelas policiais e até mesmo clássicos da literatura universal. Tais títulos, em especial os romances policiais, de faroeste e terror publicados a partir do início dos anos 1960, eram um grande sucesso de vendas em bancas de jornal e tudo levava a crer que a editora persistiria naquele gênero. Seus diretores, no entanto, optaram por mudar completamente o rumo de sua linha editorial. Com uma base econômica mais sólida, a *Tecnoprint* decidiu investir de forma maciça em títulos considerados clássicos a partir de 1964, sem deixar de lado suas séries de manuais práticos. Foram criados, assim, os *Clássicos de Bolso*, como parte da coleção *Edições de Ouro*. Anunciada pela editora como “a maior e melhor Biblioteca Clássica publicada no Brasil”, a nova coleção trazia uma “seleção das antigas obras da Humanidade com: textos integrais, traduções categorizadas, introduções e notas pelos melhores especialistas, ilustrações e retratos da época”.

Embora estivesse alcançando um volume invejável de vendas no início da década de 1960, a editora, sem abandonar o formato de bolso, parecia querer dotar suas

edições de maior “qualidade literária” com o lançamento de uma coleção “de biblioteca”. Além disso, ao invés de ser vendida em bancas de jornal ou pelo reembolso postal, uma das estratégias de comercialização consagradas pela Tecnoprint, a nova linha só seria vendida em suas próprias livrarias – 32 lojas em 14 grandes cidades do Brasil<sup>16</sup> – formando uma cadeia preciosa de vendas que driblava os tradicionais obstáculos na distribuição e o desinteresse dos livreiros em ceder espaço para livros com tão baixa margem de lucros. Não apenas a expansão do número de lojas, mas também a multiplicação das séries integrantes da *Edições de Ouro* são dados relevantes do extraordinário crescimento da Tecnoprint a partir dos anos 1960. Já em 1969, apenas de séries formadas por obras consideradas culturalmente relevantes, havia a *Clássicos Universais*, *Coleção Brasileira de Ouro*, *Edições Culturais*, *Poesias*, *Contos*, *Escritores Contemporâneos*, *Livros da Religião* e *Clássicos Brasileiros*.<sup>17</sup>

Sem a figura de um editor bem relacionado no universo literário que pudesse lhe consagrar prestígio imediato aos olhos do público e da crítica especializada, a Tecnoprint buscou nos nomes de críticos consagrados da época o crivo que poderia dotar seus pequenos livros de certa autoridade no campo cultural. Dentre esses críticos destaca-se a figura de Manuel Cavalcanti Proença<sup>18</sup>, contratado pela editora para indicar títulos clássicos e escrever estudos críticos sobre as obras publicadas na série *Clássicos Brasileiros*. Outra estratégia de aquisição de prestígio pela editora foi a organização de noites de autógrafa em suas livrarias, prática antiga dos grandes editores, mas estranha ao universo dos livros de bolso. Mais estranha ainda quando se considera que uma sessão de autógrafos destina-se a aproximar o autor de seu público, enquanto grande parte dos escritores publicados pela Tecnoprint já eram falecidos ou completamente desconhecidos. Mesmo assim, a editora insistiu na ideia de que ao menos poderia lhe garantir algum espaço nas colunas literárias dos jornais. Dessa forma, alguns notórios representantes das letras nacionais se dispuseram a comparecer às pequenas lojas das *Edições de Ouro* para assinar reedições ou antologias de suas obras em versão de bolso. Por certo, as vendas nesse dia deviam ser a última das preocupações dos editores, já que o que importava deveria ser a visibilidade e consagração que o evento poderia trazer à sua coleção nas páginas dos periódicos nacionais. Nesse contexto, notícias do tipo “Manuel Bandeira autografará exemplares de suas antologias de bolso na nova Loja das *Edições de Ouro*, em Copacabana”<sup>19</sup>, passaram a disputar o espaço das colunas literárias

com os eventos de tradicionais editoras. O fundamental era ter um escritor do gabarito de Bandeira vinculado à marca da Tecnoprint, nem que fosse para autografar apenas suas traduções.<sup>20</sup>

A mudança de *status* pretendida pela Tecnoprint é verificada ainda, nas matérias jornalísticas elogiosas veiculadas em grandes jornais da mesma época, que a editora fazia questão de destacar em trechos nas primeiras páginas de seus livrinhos. No jornal *O Globo*, Antonio Olinto (1965:6) celebra as “novas e maiores dimensões” do mercado de livros de bolso no Brasil com o êxito recente das *Edições de Ouro* de lançar “livros clássicos em formato pequeno”. Poucos dias depois, Lago Burnett (1965:2), no Caderno B do *Jornal do Brasil*, escrevia extensa coluna sobre a “indiferença das massas por obras que se constituem em monumentos da literatura, em todos os tempos” e as estratégias editoriais adotadas para se conquistar esse “leitor comum”. Condenando as soluções que buscam “familiarizar o leitor com os mestres” através de condensações ou adaptações de obras famosas, o autor louva o empreendimento da Tecnoprint que,

sem recorrer a nenhuma dessas fórmulas, (...) vêm-se empenhando, entre nós, na solução do problema, através da realização de um plano estratégico a longo prazo, que começou com a publicação, em livros de bolso, de obras de interesse imediato, trabalhos de vulgarização científica, manuais de técnicos amadores, curiosidades, leituras amenas e os indefectíveis volumes de aventuras que se constituem em sustentáculo comercial até mesmo das editôras maiores (BURNETT, 1965:2).

Para Burnett, claramente dentro de uma perspectiva de hierarquização cultural, essas “leituras amenas”, obras de “caráter eminentemente popular”, seriam como que uma preparação desse público para um estágio cultural superior, “preparando-o para receber, aos poucos, conhecimentos específicos mais amplos e iniciá-lo na leitura de obras duradouras”, ou seja, uma “literatura de nível mais elevado”. O autor nos dá alguns exemplos das obras, publicadas recentemente pela editora, que estariam “aprimorando o bom gosto das massas”: *Poesias completas de Gonçalves Dias* e quatro antologias organizadas por Manuel Bandeira. No entanto, esse “plano estratégico a longo prazo” supostamente traçado pela Tecnoprint em nome da elevação cultural do povo brasileiro, não parecia ser a real intenção da editora. Certamente, sua maior preocupação era ocupar um lugar no mercado de livros paradidáticos que se abria com a

expansão do sistema de ensino sob o comando do governo militar. Além do mais, autores consagrados pela crítica, como José de Alencar e Dostoiévski, já eram publicados pela editora desde o início dos anos 1950, enquanto manuais práticos e obras de curiosidades nunca deixaram de ter uma posição de destaque em seu catálogo.

Mais entusiástico ainda é um artigo publicado em *O Jornal* (1965:2), naquele mesmo período, no qual se exalta o cumprimento, pela editora, de “nobre missão pela sua participação no processo evolutivo do nosso povo” o qual, segundo o periódico, manifestava sua confiança através da “procura incessante registrada em suas loja espalhadas em todo o país.” A “missão” a que se refere o artigo, não é diferente da visão proposta por Lago Burnnet. Trata-se, novamente de uma certa “elevação cultural” proporcionada pelas transformações editoriais promovidas pela Tecnoprint. Para *O Jornal*, tal mudança foi como um

“ataque frontal” das Edições de Ouro que, além de despertar o interesse imediato do leitor comum, catequizou, amplamente, um público pouco chegado à literatura, entusiasmando a todos, até mesmo os mais sizados e exigentes críticos literários, os quais passaram a dedicar grandes espaços em suas colunas, atraídos pelas sucessivas investidas das Edições de Ouro no campo da literatura propriamente dito, por passar a editar escritores de renome mundial, cujos livros eram adquiridos por um número bem restrito de leitores – os chamados leitores de elite (O JORNAL, 1965:2).

Se houve um súbito interesse dos grandes jornais por “livros populares” ou se a expansão empreendida pela Tecnoprint a fizeram modernizar suas estratégias de relações públicas, otimizando sua influência e acessibilidade às empresas de comunicação, o fundamental aqui é percebermos uma tentativa clara de mudança de posicionamento da empresa dentro do campo editorial pela publicação de obras que, além de valor econômico possuíam um certo valor literário apreciado pela “elite cultural” do país. Elemento de fundamental importância para que aqueles livrinhos se desvencilhassem do estigma de sublitteratura ou leitura popular, e fossem convidados a entrar nos templos do saber das elites intelectuais do país: escolas e universidades.

A idéia, segundo os próprios editores, era “formar uma editôra de alto nível” adotando “uma linha menos lucrativa do que a dos policiais e faroestes, porém mais calma e segura”. O resultado inicial foi uma queda vertiginosa das tiragens e dos lucros da empresa, mas que, no discurso de seus diretores, “trouxe uma grande vantagem

profissional: o prazer de editar” (COUTINHO, 1956: 91). Para seu diretor editorial, Osmar Teles, essa reviravolta foi “uma questão de evolução: hoje Shell Scott e Chester Drum estão no porão e não pensamos mais neles” (O JORNAL, 1965: 2). Dessa forma, os editores abandonavam de vez a literatura de pouco *status* e grande lucratividade para editar obras entendidas como culturalmente superiores. Mesmo que tais objetivos fossem sinceros, é óbvio que também existiam claros interesses comerciais por trás da nova investida. A década de 1960 foi um período no qual houve grande investimento na popularização da educação do país em todos os níveis. Com a expansão do ensino, a indústria editorial de livros didáticos deu um salto impressionante, principalmente após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada pelo Congresso em 1961. A nova determinação

criou condições para a expansão da rede pública de ensino, incorporando um vasto universo de crianças e adolescentes à rotina das salas de aula. O currículo escolar foi simplificado para dar ênfase à formação básica dos alunos e diversas disciplinas foram eliminadas. A estratégia era massificar o ensino público. Para a indústria do livro, os resultados foram considerados positivos, pelo rápido e expressivo aumento do número de consumidores (PAIXÃO, 1996:157).

Se o mercado de livros didáticos, contudo, já estava tomado por grandes editoras, ainda restava o rentável nicho dos livros paradidáticos para escolas e universidades.

Comparando-se os números escolares de 1965 com os de 1955, observa-se que o número de matriculados do ensino médio da rede oficial triplicou, enquanto as matrículas no primário e no ensino superior quase dobraram. A demanda por livros didáticos e paradidáticos, e também técnicos e universitários, cresceu numa escala nunca vista antes em nosso país (PAIXÃO, 1996:157).

E a Clássicos de Bólso era, segundo apresentava a editora, “a coleção do leitor culto. Recomendada aos professores e estudantes de nível universitário e pré-universitário”. Prova do interesse da editora em conseguir acomodar seus livrinhos ao sistema de ensino no país pode ser também a advertência que vinha impressa num chamativo quadro vermelho na contracapa de muitas dessas edições: “LIVRO ADOTADO: Este livro é vendido a preço mínimo devido à sua adoção em grande número de escolas. Isto permitiu a impressão de grandes tiragens a custos reduzidos”.

Não parecia haver muita concorrência para a Tecnoprint nesse setor de paradidáticos a preços populares.

A Tecnoprint seguiu a modernização e expansão que, em geral, se verificou no mercado editorial brasileiro na década de 1960, principalmente a partir de 1964, época em que se presenciou um aumento significativo da produção de livros através de incentivos estatais ao mesmo tempo em que o governo exercia um maior controle sobre o conteúdo de obras consideradas inadequadas para a publicação. Foram tempos em que alguns comentaristas destacaram o aumento da produção quantitativa de livros, mas uma decréscimo qualitativo.<sup>21</sup> Obviamente, não há como negar a existência da falta de liberdade na abordagem de certos tópicos por escritores e editores naquele período, por outro lado isso não significa que apenas obras, consideradas “subliteratura” pela crítica, irão abarrotar as prateleiras da livrarias brasileiras. A iniciativa da Tecnoprint, como vimos, demonstra exatamente o contrário quando se volta para a publicação de uma gama extensa de gêneros a preços realmente baixos.

“Os anos 60 foram tempos de cultura democrática para a indústria editorial, com a ampliação do mercado e crescimento do número de editoras, das edições, de novos títulos, das publicações em geral e das tiragens” (SALGADO, 1994: 71). De fato, as pesquisas feitas pelo SNEL sobre a produção de livros nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (que representam mais de 50% dos livros publicados no Brasil) mostram que houve um aumento ininterrupto de livros editados na época da ditadura: enquanto em 1963 foram editados 3.661 títulos, em 1969 são 4.927 (SALGADO, 1994: 46). Além disso, em 1967, o Brasil se consagra como o país que mais edita livros na América Latina. Esses números irão aumentar ainda mais com as políticas culturais empreendidas a partir de finais de 1960 e início da década de 1970, principalmente após a posse do presidente Emílio Garrastazu Médici e a indicação do coronel Jarbas Passarinho para o Ministério da Educação e Cultura – paradoxalmente o período considerado mais violento da ditadura.

Aproveitando-se das facilidades proporcionadas ao setor editorial de livros pelo Estado e atenta à expansão do sistema de ensino em todos os níveis, a Tecnoprint apostou num negócio arriscado, lançando centenas de obras clássicas em formato de bolso a preços módicos – barateamento possível apenas com uma tiragem volumosa. O investimento econômico, sabiam bem seus diretores, não era suficiente para assegurar o

sucesso de sua *Edições de Ouro*, principalmente num mercado cultural tão elitizado quanto o brasileiro. Como já nos mostraram Roger Chartier (2004) e Donald Mckenzie (1986), a materialidade do texto tem um papel de suma importância na “constituição de sistemas de apreciação que classificam culturalmente os produtos da imprensa” (CHARTIER, 2004:109) e, ao que tudo indica, o formato considerado popular, mesmo que carregasse um nobre título, ainda não estaria apto ao usufruto de uma “classe cultural superior”. Sendo assim, os editores da Tecnoprint tiveram que lançar mão de práticas tradicionais dos antigos editores, como as sessões de autógrafos e a aproximação dos críticos literários para dotar de valor simbólico suas obras. Aparentemente, somente assim, a Tecnoprint conseguiu penetrar no restrito mercado acadêmico brasileiro e se tornar uma das maiores editoras do país.

## Notas

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sob orientação da Prof<sup>a</sup> Tânia Bessone da Cruz Ferreira. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: gabriellabanca@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> No entanto, apesar de admitida por grande parte dos pesquisadores e, inclusive, pelos militares da época, essa delimitação é controversa. “É preciso notar, para além da já consolidada percepção da diferença entre ‘moderados’ e ‘duros’, que havia matizes internos a essas correntes, sendo de algum modo restritivo pensar-se apenas nos dois grupos” (FICO, 2001: 23).

<sup>3</sup> Além disso, “entre 1964 e 1973 foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas, sendo a maior concentração de punidos em 1964, 1969 e 1970. Só o AI-1 atingiu 2.990 pessoas. Foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores. Perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores militares e 61 pesquisadores científicos” (CARVALHO, 2003:164).

<sup>4</sup> “No âmbito da cúpula militar, já se falava da tese da ‘autonomia’ excessiva desses setores radicais, que pretendiam atuar independentemente da vontade do presidente da República, e a figura do ministro da Guerra [Costa e Silva] era identificada como o elo de ligação com tais grupos autonomistas” (FICO, 2001:44).

<sup>5</sup> Filho de tradicional família paulista, Silveira entrou no mundo editorial quando ainda era estudante da Escola de Sociologia de São Paulo, em 1945. Entrou apadrinhado por Monteiro Lobato, que lhe recomendou ao seu ex-sócio da Companhia Editora Nacional, Octalles Marcondes Ferreira. Naquela empresa travou contato com eminentes intelectuais da época, como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, à medida que ganhava experiência e gosto pelo negócio. Ainda na década de 1940, o jovem editor passou um período nos Estados Unidos, onde estagiou na Editora A. Knopf, em Nova Iorque. Com 26 anos de idade, assumiu a direção da editora Civilização Brasileira, braço carioca da Cia. Editora Nacional, e a comprou no final da década de 1950 (Cf. LABANCA, 2009:131).

<sup>6</sup> É claro que isso só pode ser afirmado em relação à situação anterior do mercado brasileiro e aos mercados editoriais da América Latina do mesmo período, já que não se pode comparar com o alto grau de desenvolvimento e o tamanho das indústrias editoriais de países como França, Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo.

<sup>7</sup> Periódico publicado sob os auspícios do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), além de contar com o apoio da Câmara Brasileira do Livro (CBL) a partir de finais de 1954. Iniciou seus trabalhos em 1953, trazendo a listagem de livros produzidos no país organizada por Áureo Ottoni, de novembro de 1952 a fevereiro de 1953 (Cf. LABANCA, 2009:131).

<sup>8</sup> SILVEIRA, Ênio. Os inimigos do livro. Boletim Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: A Estante, n. 2, v. 1, mar/abr. 1953. p. 3.

<sup>9</sup> Ênio Silveira foi fundador e vice-presidente da CBL. No SNEL foi Diretor efetivo nos mandatos de 1952-54, 1954-56, 1956-58; Diretor Suplente em 1960-62; e Conselheiro Fiscal em 1962-64.

<sup>10</sup> Nesse sentido, Edgard Cavalheiro irá argumentar que esse desinteresse dos poderes oficiais se dava porque editores e livreiros não representavam “força eleitoral ponderável, nem força econômica capaz de pesar nos orçamentos governamentais”. Assim, continua Cavalheiro, quando membros da classe editorial pleitearam serem ouvidos pelo Ministro da Fazenda na elaboração de um plano de reforma cambial em estudo, ouviram uma resposta “sêca e decepcionante: ‘Os srs. Chegaram tarde. O Ministério já ouviu todas as classes economicamente representativas’”. Da mesma forma, ao expor as dificuldades do negócio do livro no Brasil a certo banqueiro, este lhes perguntou: “Mas livro é negócio?” (CAVALHEIRO, 1956:136-137).

<sup>11</sup> Em 1963, o SNEL, como era de costume, preparou um memorial endereçado ao presidente João Goulart intitulado “Soluções para os problemas do livro no Brasil”. Dessa vez, entretanto, “pela primeira vez, de forma mais incisiva que outrora, os editores brasileiros sedimentaram suas argumentações em torno de proposições e prognósticos”. [...] “Em síntese, o memorial continha uma minuta de ante-projeto de lei, incentivando a venda, sugerindo isenção de impostos, dedução do lucro bruto percentual das mercadorias em estoque e, por fim, isenção de impostos para a remuneração de tradutores e revisores. Seguem-se ao anteprojeto uma longa e bem feita justificativa, descrições de medidas a serem tomadas de alçada do Banco do Brasil, BNDE, SUMOC, Conselho de Política Aduaneira, Conselho Superior das CEFs” (SALGADO, 1994:35).

<sup>12</sup> “Essa ausência de uma regulamentação censória em relação a livros faz com que entre os best-sellers de 1968 constem, por exemplo, clássicos do pensamento nacional de esquerda, como Um projeto para o

Brasil, de Celso Furtado, e clássicos internacionais da literatura erótica, como Kama Sutra, literatura hindu de fisiologia e moral sexual, Filosofia na Alcova, o Marquês de Sade e Minha vida, meus amores, de Henry Spencer Ashbee, relato autobiográfico de um colecionador de arte erótica” (REIMÃO, 2005).

<sup>13</sup> “Na primeira metade da década de 1970, no chamado “Milagre Brasileiro”, a edição de livros cresceu em número de títulos editados e também em número de exemplares. Em 1972, o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, a barreira de um livro por habitante ao ano. Em 1972 a população brasileira era de 98 milhões de habitantes e foram produzidos 136 milhões de livros – 1,3 livro por habitante” (REIMÃO, 2005).

<sup>14</sup> Lei nº 4750 – 12 de agosto de 1965.

<sup>15</sup> Sobre a história da Tecnoprint (atual Ediouro), ver: LABANCA, 2009.

<sup>16</sup> As chamadas Lojas das Edições de Ouro, a princípio, eram apenas três estabelecimentos localizados em pontos de grande movimento do centro da cidade do Rio de Janeiro (Cinelândia e Praça Tiradentes) e São Paulo (Esquina da Avenida São João). Ainda em 1961, duas novas lojas foram abertas em outros pontos privilegiados do Rio: na Rua Santa Clara, em Copacabana, e no recém inaugurado Edifício Avenida Central, no centro carioca. Em pouco tempo, diversas outras lojas seriam abertas. De quatro livrarias em 1961, a Tecnoprint saltaria para mais de 30 lojas, em 1965, espalhadas pelos estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Amazonas, Pará, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Santa Catarina (Cf. LABANCA, 2009:157).

<sup>17</sup> Além dessas, a Tecnoprint anunciava em seus livros inúmeras outras séries temáticas: “Coleção Idade de Ouro, Coleção Infantil de Ouro; Arte, Literatura; Filosofia, Religião, Política; História, Yoga, Hipnotismo; Sexo, Psicanálise, Medicina; Dicionários, Línguas, Português; Esportes, Jogos, Passatempos; Profissionais, Curiosidades; Eletrônica, Rádio, TV; Contabilidade, Comércio, Direito; Automóvel; Amor, Sucesso, Felicidade; Discursos e Inteligência; Desenhos; Casas e Decoração; Livros para a mulher: (Casamento, Família, Filhos, Culinária, Bordado, Tricô, Crochê, Corte e Costura, Trabalhos Manuais)” (Cf. LABANCA, 2009:182).

<sup>18</sup> Dono de uma extensa e premiada bibliografia, na maioria de estudos literários, Proença era coronel reformado desde 1961 e foi, por muitos anos, professor de português do Colégio Militar do Rio de Janeiro e diretor do Departamento de Língua Portuguesa da Academia Militar das Agulhas Negras. Além disso, foi diretor da revista *Civilização Brasileira* e ocupou cargos políticos como assessor do Gabinete Militar do Presidente Juscelino Kubitschek e de chefe do Serviço de Internamento de Menores da Secretaria Geral de Educação do governo Sete Câmara, na cidade do Rio de Janeiro (Cf. PROENÇA, 1982).

<sup>19</sup> OLINTO, Antônio. O Globo. Rio de Janeiro. Porta de Livraria, 10 ago. 1965.

<sup>20</sup> “Na próxima sexta-feira, 27, a partir das 19h 30m, Manuel Bandeira e Icaz Sánchez estarão na nova Loja das Edições de Ouro (Rua Bolívar, 80-A, Copacabana), para o lançamento da edição de bolso do “Rubayát”, de Omar Khayám, em versões portuguesa e espanhola, feitas respectivamente por Bandeira e Icaza Sánchez, que é cônsul do Panamá no Rio de Janeiro. Deverá a festa prolongar-se pela noite adentro, marcando uma nova etapa no desenvolvimento do livro de bolso no Brasil. A apresentação de clássicos em edições de pequeno formato, que a Tecnoprint empreendeu, representa, neste momento da brasileira, importante instrumento de democracia cultural” (OLINTO, Antônio. O Globo. Rio de Janeiro. Porta de Livraria, 26 ago. 1965).

<sup>21</sup> Moacir Lopes (1978:87) considera que a ênfase dos editores na comercialização de best-sellers produziu uma “enxurrada de sublitteratura.” Já Olympio de Souza Andrade (1969:38), versando sobre o crescimento da importação de livros norte-americanos, “nossas reservas para a importação de livro – que não é mercadoria como as outras, só feita de certa matéria, porque é veículo de pensamento – deveriam ser aplicadas de preferência em livros que não fôssem meros livros de choque, ou passatempo sem conseqüências”.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Olympio de Souza. *O livro brasileiro: progressos e problemas numa visão de conjunto*. Revista do Livro. Rio de Janeiro: MEC/INL, n. 37, p. 38, 1969
- BURNETT, Lago. Cultura a longo prazo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno B. p. 2. 23 abr. 1965.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALHEIRO, Edgard. Discurso do Sr. Edgard Cavalheiro Presidente da Câmara Brasileira do Livro. In: Terceiro Congresso de Editores e Livreiros do Brasil. Rio de Janeiro: MEC, 1956. p. 136-137
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- COUTINHO, Edilberto. *O livro de bolso no Brasil*. Revista do Livro. Rio de Janeiro: INL, n. 41. 1956.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Editando o editor - Ênio Silveira*. São Paulo: Edusp, 2003. v.3.
- LOPES, Moacir. *A situação do escritor e do livro no Brasil*. Rio de Janeiro: Cátedra. 1978.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Londres: British Library, 1986.
- OLINTO, Antonio. Estante do livro de bolso. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Cultural. p. 6. 13 abr. 1965.
- \_\_\_\_\_. *O Globo*. Rio de Janeiro. Porta de Livraria, 26 ago. 1965.
- O GLOBO. Êsses autores nacionais de livros estrangeiros. Rio de Janeiro, 11. jun. 1971.
- O JORNAL. Vitrine de livros informa. Rio de Janeiro. 4º Caderno. p. 2. 16 mai. 1965.
- PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- PEREIRA, Gabriel Athos. *Edições Brasileiras: catálogo trimestral de livros publicados no Brasil*. Rio de Janeiro: SNEL, n. 1, p. 3, jan 1964.
- \_\_\_\_\_. *Edições Brasileiras: catálogo trimestral de livros publicados no Brasil*. Rio de Janeiro: SNEL, n. 2, p. 9, jan 1964.
- \_\_\_\_\_. *Edições Brasileiras: catálogo trimestral de livros publicados no Brasil*. Rio de Janeiro: SNEL, n. 3, p. 13, jan 1966.
- \_\_\_\_\_. Aspectos do problema editorial brasileiro. *Educação*. MEC, n. 6, p. 104. 1972.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- REIMÃO, Sandra. Fases do Ciclo Militar e censura a livros - Brasil, 1964-1978. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005).

SALGADO, Gilberto Barbosa. *O imaginário em movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1994.

SILVEIRA, Ênio. Os inimigos do livro. *Boletim Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: A Estante, n. 2, v. 1, mar/abr. 1953. p. 3.

\_\_\_\_\_. O livro brasileiro precisa de uma propaganda agressiva. *Publicidade e Negócios*. Rio de Janeiro, 20 mar. 1953. p. 6.

\_\_\_\_\_. Querem acabar com o comércio do livro no país. *Jornal de Letras*. Rio de Janeiro, jun. 1956. p. 2.

Recebido em janeiro de 2009. Aprovado em setembro de 2009.